

Governo e Antaq entregarão texto substitutivo para o PL dos Portos

Proposta será encaminhada à Câmara dos Deputados, que atualmente analisa o Projeto de Lei 733/2025

BÁRBARA FARIAS

DA REDAÇÃO

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) preparam uma proposta substitutiva ao Projeto de Lei (PL) 733/2025, de revisão do marco legal portuário. O texto deverá sugerir ajustes na Lei 12.815/2013 como alternativa à aprovação de uma nova legislação. O intuito é evitar o risco de um apagão regulatório. O ministério não informou quando pretende entregar a proposta à comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa atualmente o PL 733/2025.

“Nós estamos em diálogo com a Antaq e temos que conversar com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), com o presidente da comissão especial, deputado federal Murilo Galdino (Republicanos-PB), com o relator, deputado federal Arthur Maia (União-BA), e com todos os líderes sobre a importância do projeto”, informou o titular do MPor, Silvio Costa Filho.

O secretário nacional de Portos, Alex Ávila, afirmou que o MPor tem atuado de forma conjunta com a Antaq e que já foram realizadas reuniões com a diretoria colegiada para tratar do tema. Se-



SÍLVIO LUIZ - 3/6/25

Mudança na lei portuária: deputados já fizeram 20 audiências, além de viagens a portos para amadurecer o projeto que pode não seguir

gundo ele, o posicionamento apresentado pelo ministro foi “plenamente assertivo”, e o foco das discussões está em promover ajustes pontuais e aprimoramentos na legislação atual.

Ele destacou que “a atual distribuição de competências atende às necessidades de ambas as instituições, sendo necessária apenas a realização de ajustes específicos, em fun-

ção do momento e da pausa em discussão. O objetivo é avançar na construção de uma proposta consensual. A ideia é apresentar um texto substitutivo, elaborado em conjunto, para ser encaminhado à Câmara dos Deputados”.

O diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, reforçou que há um alinhamento institucional em relação às discussões em andamento, alertando para os

riscos de uma eventual revogação integral da Lei 12.815/2013. “A revogação completa da lei pode gerar um apagão regulatório”, afirmou, ressaltando que se trata de uma norma relativamente recente e que o setor portuário tem apresentado bom desempenho desde sua implementação.

Para reforçar o argumento, o diretor-geral citou dados levantados pela

agência. “Nos dez anos anteriores à aprovação da Lei dos Portos, em 2013, foram realizados 21 leilões. Já nos dez anos seguintes à entrada em vigor da nova legislação, o número saltou para 61 leilões. Isso mostra que a lei foi importante”.

A Reportagem questionou o MPor sobre quando o substitutivo será entregue, mas não houve resposta.

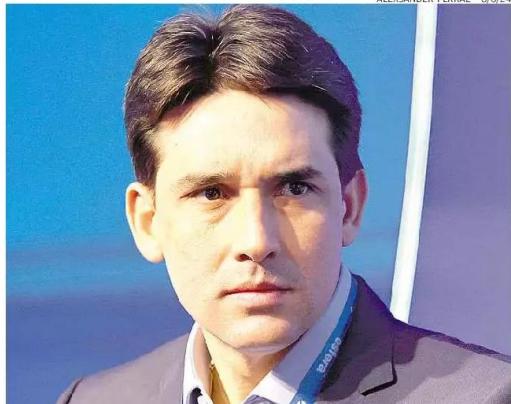
Costa Filho não diz quem ocupará seu cargo

Conforme esperado, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, confirmou que deixará o cargo para concorrer este ano ao Senado por Pernambuco, o seu estado de origem. Ele deve ficar no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) até o fim do calendário legal de desincompatibilização, em abril, que coincide com a previsão do leilão do Tecon Santos 10, no cais santista, e pode ser seu último ato no cargo.

O ministro não informou quem será escolhido para a substituição no car-

go. Ele confirmou que tem uma indicação, mas afirmou que a decisão cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Tribuna apurou que há dois nomes mais cotados para a vaga de ministro. Um deles é o do secretário-executivo da pasta, Tomé França, nomeado em agosto do ano passado após a saída de Mariana Pescatori. Antes, ele esteve à frente da Secretaria Nacional de Aviação Civil. Tomé, que se aproximou de Costa Filho nos últimos meses, tem passagens por secretarias estaduais e mu-



Ministro deixará MPor para disputar eleição ao Senado por Pernambuco

nicipais, além de experiência no Executivo, Legislativo e Judiciário.

Outro nome é o do presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. Considerado um bom gestor pelo atual ministro, Pomini tem trânsito fácil entre os partidos e já teria aval do Republicanos, que hoje comanda a pasta.

A palavra final, porém, realmente cabe ao presidente Lula, que levará em conta a distribuição de espaço entre partidos aliados, especialmente em ano de eleições gerais.

A pasta é muito disputada nos bastidores, já que movimenta projetos de relevância para o Brasil.